



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 15165.722683/2013-77
Recurso nº Voluntário
Resolução nº 3201-000.702 – 2^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Data 23 de junho de 2016
Assunto CONCOMITÂNCIA DE AÇÃO JUDICIAL
Recorrente ATANOR DO BRASIL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência.

CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA - Presidente.

Tatiana Josefovicz Belisário - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Charles Mayer de Castro Souza (Presidente); Tatiana Josefovicz Belisário, Winderley Morais Pereira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Carlos Alberto Nascimento e Silva Pinto, e Cássio Schappo.

Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Mércia Helena Trajano D'Amorim e Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo.

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo Contribuinte em face do Acórdão nº 16057.299 da 11^a Turma da DRJ/SP1 (fls. 269 e seguintes) que assim relatou o feito:

Trata o presente processo de Auto de Infração lavrado em 16/09/2013, para a constituição do crédito tributário no valor de R\$ 8.640.280,22 (oitão milhões seiscentos e quarenta mil duzentos e oitenta reais e vinte e dois centavos), Imposto de Importação e diferenças do PIS e da COFINS, tendo em vista à desconsideração dos certificados de origem.

Transcrevo a seguir, por bem relatar os fatos, o relatório contido no

Documento assinado digitalmente com o [Auto de Infração](#): de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 16/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 16/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 17/09/2016 por CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

Impresso em 19/09/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

“.../...

FUNDAMENTOS DO AUTO O contribuinte é regular importador de mercadorias classificadas na NCM 3808.93.24, herbicida à base de glifosato para as quais, devido a sua origem, utilizouse de preferência tarifária com a consequente redução de alíquotas. (As regras de origem estabelecidas no âmbito do Mercosul se prestam a determinar se um produto se qualifica ou não para a outorga de tratamento preferencial).

A origem das mercadorias importadas foi objeto de investigação sendo finalmente encerrada através do Ato Declaratório Executivo (ADE) Coana nº 22 de 21 de dezembro de 2011.

A investigação de origem relacionada ao herbicida à base de glifosato considerou as regras contidas no Regime de Origem do Mercosul (ROM), regime transitório com vigência prevista até 31/12/2016 (Decisão CMC nº 44/10), segundo o qual, caso o produto não tenha sido produzido somente com materiais originário de Estado Parte, deverá sofrer transformação substancial.

Para o subitem 3808.93.24, o 44º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 estabelece no Anexo I os seguintes critérios, cumulativamente:

1. valor CIF dos insumos importados de terceiros países não exceda 40% do valor FOB do bem final (regra do valor agregado);
2. produto final corresponda uma classificação tarifária em nível de posição tarifária diferente da de seus insumos (regra do salto de posição).

No caso em análise, após estudo promovido pela COANA, foi descaracterizada a origem Argentina, e consequentemente desautorizado o tratamento preferencial do herbicida à base de glifosato exportado pela Atanor S.C.A., após restar comprovado que mais de 40% de insumo chinês foi agregado ao produto final, ou seja, não foi agregado ao produto final insumo argentino suficiente para caracterizar a origem latina.

O XLIV Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 dispõe sobre certificados de origem emitidos no âmbito do Mercosul:

Artigo 18 Não obstante a apresentação de um certificado de origem nas condições estabelecidas pelo presente Regime de Origem, a autoridade competente do Estado Parte importador, poderá, em caso de dúvida fundamentada, requerer à autoridade competente do Estado Parte exportador informação adicional com a finalidade de verificar a autenticidade do certificado questionado e a veracidade da informação nele constante, sem prejuízo da aplicação das correspondentes normas MERCOSUL e/ou das respectivas legislações nacionais em matéria de ilícitos aduaneiros.

Artigo 21 Nos casos em que a informação solicitada ao amparo do

Documento assinado digitalmente co*Artigo 18 não for fornecida no prazo estabelecido no Artigo 19 ou for*
Autenticado digitalmente em 16/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 16
/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 17/09/2016 por CHARLES MAYER DE
CASTRO SOUZA

Impresso em 19/09/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

insuficiente para esclarecer as dúvidas sobre a origem da mercadoria, a autoridade competente do Estado Parte importador poderá determinar abertura de investigação sobre o caso, dentro do prazo total de 40 dias, contados a partir da solicitação de informação. Caso contrário, deverá liberar a garantia prevista no Artigo 18 em um prazo máximo de 30 dias.

Artigo 27 Nos casos em que a informação ou documentação requerida à autoridade competente do Estado Parte exportador não for fornecida no prazo estipulado, ou se a resposta não contiver informações ou documentação suficientes para determinar a autenticidade ou veracidade do certificado de origem apresentado, ou ainda, se não houver concordância em relação à realização de visita por parte dos produtores, a autoridade competente do Estado Parte importador poderá considerar que as mercadorias sob investigação não cumprem os requisitos de origem, podendo, em consequência, denegar tratamento tarifário preferencial às mercadorias a que faz referência o certificado de origem objeto da investigação iniciada nos termos do Artigo 21, dando por concluída a mesma.

Artigo 32 Concluída a investigação com a desqualificação do critério de origem da mercadoria invocado no certificado de origem questionado, executar-seão os tributos incidentes sobre a mercadoria como se ela fosse importada de terceirospaises e aplicar-seão as sanções previstas na normativa MERCOSUL e/ou as correspondentes na legislação vigente em cada Estado Parte. Concluída a investigação com a desqualificação da origem da mercadoria, executar-seão os tributos incidentes sobre a mercadoria como se ela fosse importada de terceiros países e aplicar-seão as sanções previstas na normativa MERCOSUL e/ou as correspondentes na legislação vigente em cada Estado Parte. Nesse último caso, a autoridade competente do Estado importador poderá denegar tratamento preferencial para o desembaraço aduaneiro de novas importações referentes a mercadorias idênticas do mesmo produtor, até que se demonstre que as condições de produção foram modificadas de forma a cumprir com as regras do Regime de Origem MERCOSUL.

Nesse último caso, a autoridade competente do Estado importador poderá denegar tratamento preferencial para o desembaraço aduaneiro de novas importações referentes a mercadorias idênticas do mesmo produtor, até que se demonstre que as condições de produção foram modificadas de forma a cumprir com as regras do Regime de Origem MERCOSUL.

A IN SRF nº 149/2002 dispõe sobre procedimentos de controle e verificação de origem de mercadorias importadas de EstadoParte do Mercado Comum do Sul (Mercosul):

Art. 13. O processo aduaneiro de investigação de origem é o procedimento mediante o qual a autoridade aduaneira verifica o cumprimento das regras de origem para determinada mercadoria, quando houver suspeitas de irregularidade relacionada à veracidade ou observância das disposições do Regime de Origem do Mercosul, visando apurar ocorrências envolvendo o produtor ou o exportador da mercadoria importada.

Documento assinado digitalmente com a identidade de TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 16/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 16/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 17/09/2016 por CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

Impresso em 19/09/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

de origem será encerrado com a lavratura de relatório conclusivo a respeito do cumprimento ou não das normas de origem.

§ 1º A Coana emitirá ADE com base no relatório conclusivo do processo aduaneiro de investigação de origem.

§ 2º Publicado o ADE que declarar o não cumprimento das normas de origem, as mercadorias idênticas produzidas pelo produtor/exportador investigado receberão o tratamento tributário aplicável às importações de mercadorias de terceiros países.

§ 3º A Coana encaminhará notificação da emissão do ADE ao Ministério das Relações Exteriores para fins de comunicação à CCM.

Art. 20. A investigação será dada por concluída com a desqualificação da origem e consequente exclusão do tratamento tarifário preferencial, quando:

I existirem elementos de prova suficientes para formar juízo da qualificação da origem da mercadoria de modo diverso do que consta no Certificado de Origem; II a informação ou documentação requerida às autoridades competentes do Estado Parte exportador não for fornecida no prazo estipulado; III a resposta não contiver elementos suficientes para comprovar a veracidade do Certificado de Origem que ampara a importação da mercadoria sob investigação; ou IV os produtores ou fabricantes não concordarem com a realização de visita de verificação. (grifado)

Uma vez negado tratamento preferencial estabelecido para os produtos originários do bloco econômico, seguindo o disposto no artigo 10º da IN 149/2002 (transcrito a seguir), faz-se necessária a cobrança dos tributos incidentes para mercadorias originárias de Terceiros Países, conforme tabela a seguir:

Código	Descrição	II	IPI	PIS	Cofins
3808	INSETICIDAS, RODENTICIDAS, FUNGICIDAS, HERBICIDAS, INIBIDORES DE GERMINAÇÃO E REGULADORES DE CRESCIMENTO PARA PLANTAS, DESINFETANTES E PRODUTOS SEMELHANTES, APRESENTADOS EM FORMAS OU EMBALAGENS PARA VENDA A RETALHO OU COMO PREPARAÇÕES OU AINDA SOB A FORMA DE ARTIGOS, TAIS COMO FITAS, MECHAS E VELAS SULFURADAS E PAPEL MATA-MOSCAS.				
3808.93	-- Herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas				
3808.93.2	Herbicidas apresentados de outro modo				
3808.93.24	Outros, à base de glifosato ou seus sais, de imazaquim ou de lactofen	14	0	1,65	8,6 ²

Art. 10. O Certificado de Origem apresentado será desqualificado pela autoridade aduaneira, para fins de reconhecimento do tratamento preferencial, quando ficar comprovado que não acoberta a mercadoria submetida a despacho, por ser originária de terceiro país ou não corresponder à mercadoria identificada na verificação física, conforme os elementos materiais juntados, bem assim quando:

...

Parágrafo único. Na hipótese de desqualificação do Certificado de Origem, a importação ficará sujeita à aplicação do tratamento tributário estabelecido para mercadoria originária de terceiro país, mediante a constituição do correspondente crédito tributário em Auto de Infração.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 000419443.2012.4.01.3400 O Ato Declaratório Executivo (ADE) Coana nº 22 de 21 de dezembro de 2011 encerrou o processo de investigação de origem aberto pelo ADE Coana nº 2, prorrogado pelo ADE Coana nº 14, findo o qual foram desqualificados os Certificados de Origem nele relacionados e negado o tratamento preferencial para o desembarque aduaneiro de novas importações referentes a (i) herbicidas à base de glifosato classificados no código NCM 3808.93.24 e (ii) produzido pela empresa ATANOR S.C.A.

O contribuinte insurgiu-se contra o ato e impetrou Mandado de Segurança nº 000419443.2012.4.01.3400 com pedido de liminar pedindo a nulidade dos Atos Declaratórios Executivos Coana nº 2, 14 e 22/2011, e também do processo que investigou a origem da mercadoria. Em 13 de abril de 2012, liminar deferiu suspensão dos efeitos do ADE Coana nº 22/2011. (ADEs em anexo)

.../...

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO Considerando que o Crédito Tributário deste Auto de Infração é objeto do Mandado de Segurança nº 000419443.2012.4.01.3400 e por força do artigo 151 da Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, o mesmo será constituído e logo após será suspenso.

Ciente do Auto de Infração, o interessado apresentou a impugnação de fls. 169/209, requerendo:

a) seja mantida a suspensão do curso do presente Processo Administrativo, enquanto perdurar ordem judicial nos autos de Mandado de Segurança nº 000419443.2012.4.01.3400, em curso perante a 13ª Vara da Justiça Federal de Brasília/DF, pela suspensão dos efeitos do Ato Declaratório nº 22/11; b) no mérito, seja julgada procedente a impugnação, para que seja reconhecida a nulidade do Auto de Infração; ou, sucessivamente, c) sejam afastadas as penalidades aplicadas.

A decisão recorrida, por unanimidade de votos, não conheceu da impugnação, mantendo, assim, o lançamento tributário, conforme ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO II Período de apuração: 30/06/2009 a 04/06/2013 CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MEDIDA JUDICIAL SUSPENSIVA. Para que tenha sentido a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, mencionada no art. 62 do Decreto 70.235/72, faz-se necessária sua prévia constituição. Assim, o provimento judicial suspensivo da exigibilidade do crédito tributário não obsta o lançamento.

AUTO DE INFRAÇÃO, NULIDADE.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 16/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 16/09/2016 por TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO, Assinado digitalmente em 17/09/2016 por CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

Impresso em 19/09/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Tendo sido o lançamento efetuado com observância dos pressupostos legais, é incabível cogitar a nulidade do auto de infração.

Impugnação Não Conhecida Crédito Tributário Mantido Devidamente intimado, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário de fls. 284 e seguintes, por meio do qual afirmou inexistir concomitância da matéria em litígio com aquela discutida nos autos do Mandado de Segurança nº 0004194-43.2012.4.01.3400 e, no mérito, reiterou os argumentos de sua impugnação.

Assim, os autos foram remetidos a este CARF e a mim distribuídos por sorteio.

É o relatório.

Pois bem. Antes de se iniciar o exame do feito, é preciso destacar que há irregularidade a ser sanada no presente feito.

Conforme se verifica pelas fls. 284 e seguintes do processo eletrônico, o Recurso Voluntário foi apresentado pelo contribuinte em meio físico e sua digitalização ocorreu a cargo da própria Receita Federal do Brasil.

Ocorre que, ao que parece, no momento da digitalização esta se deu de forma incorreta, tendo sido omitidas a parte final de todas as folhas do Recurso Voluntário apresentado.

A omissão relevante de texto causa evidente cerceamento de defesa ao contribuinte, uma vez que esta Relatora e seus pares julgadores não têm acesso à íntegra das razões recursais apresentadas pelo contribuinte, sendo tal omissão insanável por qualquer espécie de exercício de lógica ou dedução.

Sendo assim, imperioso o retorno dos autos à Delegacia da Receita Federal de origem para que proceda a correta digitalização do Recurso Voluntário do contribuinte, de forma que este esteja integralmente comprehensível aos julgadores.

Após, retornem os autos à esta Turma para julgamento.

Tatiana Josefovicz Belisário - Relatora